



Jornal FNE

Edição 114 – Nov/11

Em matéria de capa desta edição, Engenheiro traz o tema que talvez seja o mais importante para o País na atualidade: a elevada taxa de juros que continua a favorecer a especulação financeira e prejudicar a produção. Na mais recente reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), a Selic foi reduzida a 11,5%, o que ainda é considerado muito alto pelo movimento sindical que, em 18 de outubro, fez ato público conjunto com os empresários, reivindicando um “Brasil com juros baixos”.

Tema na pauta também pendente e de relevância nacional é a revisão do Código de Mineração, cujo projeto está em análise pela Casa Civil. Necessária para atender ao preceito do interesse nacional previsto na Constituição, a mudança prevista pode deixar a desejar por falta de debate com a sociedade.

Em seu 4º Encontro Regional, realizado em Porto Alegre/RS, em 21 de outubro, a CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) abraçou a luta pela democratização da comunicação.

Na indústria automotiva, boas perspectivas para a engenharia nacional, já que as montadoras têm anunciado investimentos em pesquisa e desenvolvimento no Brasil, normalmente aliado da fase de projeto.

Em entrevista, o diretor-geral do Isitec (Instituto Superior de Inovação e Tecnologia) fala sobre a futura instituição de ensino que pretende formar engenheiros de inovação a partir de 2012. E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

O ensino da engenharia no Brasil tem sua origem em 1792, a partir da criação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, no Rio de Janeiro. Já o sistema profissional data de 11 de dezembro de 1933, com a edição do Decreto 23.569. Com a entrada em vigor da Lei 5.194, em dezembro de 1966, foram introduzidas alterações importantes na constituição dos conselhos profissionais e na forma de escolha dos seus dirigentes, mantendo-se a forma indireta.

A partir de 1986, entretanto, no bojo dos movimentos pela redemocratização do País, a escolha dos presidentes do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arqui-tetura e Agronomia) e dos Creas (Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) passou a ser de forma direta, sem a obrigatoriedade do voto. Desde então, a cada três anos, os profissionais registrados no Sistema Confea/Creas vão às urnas para escolher seus dirigentes, como acontecerá no próximo dia 8 de novembro.

Tal procedimento tornou-se oficial a partir da publicação da Lei 8.195, em 26 de junho de 1991, e ainda hoje a mudança de paradigma é questionada. Para a grande maioria, trata-se de um avanço, mas são muitas as vozes discordantes. Os argumentos contrários estão assentados no fato de que, desde a época em que as eleições ocorriam na forma de consulta prévia, em especial para escolha dos presidentes do Confea, a decisão final ficou para o Judiciário, relegando o voto do profissional a segundo plano. E não são raros os casos em que o mandato terminou sem que o mérito viesse a ser julgado.

Outra questão sempre destacada por aqueles que ainda não se conformam com a mu-dança é a pouca participação dos profis-sionais nos pleitos já realizados. Histori-camente, menos de 7% dos engenheiros, arquitetos, agrôno-mos, geólogos, meteorolo-gistas, agrimensores e geógrafos participam do processo eleitoral do sistema. Conve-nha-mos, um número inquestionavelmente inex-pressivo, conside-rando os mais de 900 mil profissionais e 60 mil empresas registrados.

A razão do desinteresse começa pela falta de transparência no processo, dominado por gru-pos sempre a postos que buscam manter sua hegemonia. Não há ainda propostas claras para que as profissões abrangidas pelo sistema venham se caracterizar, efetivamente, por realizações de interesse social e humano (Art. 1º da Lei 5.194/66). Falta uma norma que seja simples e efetiva, caracterizada pelo sentido pétreo, ou seja, que as suas alterações não ocor-ram ao sabor do vento, por interesses desta ou daquela modalidade, ou pior, por injunções político-partidárias.

No momento em que recursos tecnológicos e a internet são fartamente disponibilizados a quem quer que seja, é inconcebível que as eleições no ambiente que tem o cheiro da modernidade ocorram ainda de modo ultrapassado, apesar da urna eletrônica.

Esperar que os profissionais deixem seus afazeres habituais para se deslocar a lugares distantes, onde se irritarão com a falta de estacionamento e enfrentarão filas intermi-náveis, é, no mínimo, querer que a partici-pação continue nesse patamar ridículo. Ou significa estar

ao lado daqueles que ignoram que uma engrenagem, para bem funcionar, precisa estar lubrificada.

Brasil Américo Louly Campos — Presidente do Senge Distrito Federal

CRSCE BRASIL

Na Casa Civil à espera de apreciação pela Presidenta da República, proposta para reformulação do Código de Mineração deveria abarcar mudanças radicais. A opinião é do geólogo Wanderlino Teixeira de Carvalho, diretor do Senge-GO. Segundo ele, contudo, do pouco que se tem informação, a partir de algumas palestras de representante da Secretaria Nacional de Geologia e Mineração e de notícias divulgadas pela imprensa, o que se depreende é que as alterações serão muito pequenas em relação à situação atual, “o que é um equívoco”.

Segundo teria declarado o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, ao jornal O Estado de S. Paulo, em 19 de outubro último, o texto apresentado por esse Ministério deve resultar em três projetos de lei a serem encaminhados pela mandatória do País ao Congresso Nacional em breve: um sobre o marco regulatório para o setor, outro acerca da questão dos royalties e o terceiro relativo à criação de agência reguladora para a área. No entanto, Carvalho se diz apreensivo com o que virá, já que a proposta não foi discutida com a sociedade civil e mesmo com especialistas do segmento. Procurada pela reportagem do Engenheiro, a assessoria de imprensa do Ministério de Minas e Energia informou que não poderia divulgar a minuta, já que ainda não havia passado pelo crivo de Dilma Rousseff.

O Código de Mineração em vigor é objeto do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, uma atualização de normativa editada em janeiro de 1940. Em seu artigo 7º determina que “o aproveitamento das jazidas depende de alvará de autorização de pesquisa, do diretor-geral do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), e de concessão de lavra, outorgada pelo Ministro de Estado de Minas e Energia. Conforme detalha Carvalho, na mesma lei está explicitado que essa licença se daria levando-se em conta o que ele denomina “instituto da prioridade”. Ele explica: “Hoje as empresas procuram áreas e quando acham, pegam um traba-lhador chamado ‘fileiro’, que fica na fila do DNPM, para dar entrada no requerimento à autorização de pesquisa ou concessão de lavra. É um absurdo.” O especialista continua: “A lei é horrível, é uma excrescência, quem achou primeiro o bem mineral é o dono, em total desrespeito à Constituição Federal.” Na sua análise, o interesse nacional deveria ser o eixo de toda a condução da política mineral do País.

Conforme lembra o especialista, na Assembleia Nacional Constituinte, da qual a FNE participou ativamente, a atividade de mineração ser definida nesse sentido foi uma das bandeiras que se conseguiu emplacar na Carta Magna de 1988, em seu parágrafo 1º do artigo 176. Todavia, já se vão 22 anos e nada. E, “pelo jeito, a regulamentação no novo código pode

continuar a não considerar o interesse nacional”. Segundo Carvalho, para tanto, teria que haver uma autoridade no País, uma instituição que definisse o que estaria ou não em conformidade com a Constituição. “Mas está tudo obscuro. Pelo menos do que se conhece até agora, a proposta não toca nessa questão. Fica tudo como está”, lamenta.

Lobby poderoso

O diretor do Senge ressalta que o Código de Mineração está completamente desatualizado, e essa seria uma oportunidade de rever esse quadro. Contudo, considera pequenas as perspectivas de que tal caminho seja tomado pelo governo – o que se deve, na sua opinião, ao lobby poderoso das gigantes do setor. A produção mineral movimenta um montante considerável. Segundo publicado na imprensa em outubro último, dados fornecidos pelo DNPM dariam conta de arrecadação federal milionária em royalties com a chamada Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, que neste ano teria batido recorde em relação a 2010, chegando a R\$ 1,084 bilhão. E na mira do novo código estaria, ainda de acordo com notícias veiculadas sobre o tema, passar a cobrar alíquota sobre o faturamento bruto das companhias, e não mais líquido como é hoje, bem como elevar o percentual – no caso do minério de ferro, dobraria, de 2% para 4%. “A situação atual é muito favorável para as empresas de mineração, que não querem mudanças.”

Afora isso, o diretor do Senge pondera que a única alteração seria “a possibilidade de se fazer licitação para determinados depósitos minerais de importância”. O que, na sua opinião, não resolve. “Teria que fazer para toda concessão, uma vez que bem mineral é propriedade da União, como diz a Constituição.” (Soraya Misleh)

ECONOMIA

Lançado em São Paulo no dia 18 de outubro último, o manifesto “Movimento por um Brasil com juros baixos: mais emprego e maior produção” direcionou os holofotes para um dos entraves à continuidade do desenvolvimento nacional com distribuição de renda e justiça social: as elevadas taxas de juros. No documento, que conta com a adesão de representantes de trabalhadores, como o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, e de empresários e intelectuais, o vaticínio: “Um país como o Brasil, com urgente necessidade de crescer e se desenvolver, não pode se dar ao luxo de transferir enormes volumes de capital na forma de renda improdutiva.

Capitais especulativos afluem ao nosso sistema financeiro buscando rentabilidade que nenhum outro país oferece. Cerca de 36% do Orçamento Geral da União são destinados ao pagamento de encargos da dívida, recursos estes que poderiam atender as enormes

carências de infra-estrutura, saúde, transporte, telecomunicações, educação, saneamento etc. Os altos juros não consomem apenas recursos públicos, pelo contrário, espalham para toda a economia o alto custo do crédito, fomentando o comportamento rentista e improdutivo, corroendo o poder de compra das famílias e drenando recursos do setor produtivo.”

Diante disso, no manifesto, as entidades apontam: “Dado o quadro de incertezas que nos cerca, passou da hora de caminharmos para taxas de juros mais próximas ao padrão internacional. Menor taxa de juros implica em menor entrada de capitais especulativos, câmbio mais realista e competitivo, redução do custo de oportunidade do capital, maior equilíbrio das contas públicas e maior renda para as famílias.”

Trajectoria insustentável

Na mesma semana, no dia 20, em palestra em Porto Alegre para a diretoria da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), o professor-doutor da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), eco-nomista Antonio Corrêa de Lacerda, explicou o cenário em que se desenvolve essa iniciativa e a importância de que tenha êxito. Conforme ele, a economia global vive a segunda parte da crise de especulação financeira iniciada nos Estados Unidos em 2008, não solucionada totalmente. Como consequência, especialmente os países centrais deverão ter crescimento muito baixo e há risco de recessão – ou seja, “metade do PIB (Produto Interno Bruto) mundial”.

Esses destinos, ainda segundo sua explanação, têm baixado substancialmente os juros, com o objetivo de tentar recuperar o consumo e incentivar o investimento produtivo. “E o FED (Banco Central estadunidense) já avisou que não pretende, nos próximos dois anos, mexer na taxa de juros.” Ele continuou: “Isso tem grandes implicações para a economia mundial, porque a especulação financeira não fica parada. Se não está dando rentabilidade lá, vai para países que pagam taxas altas. Isso desequilibra tudo, é um fluxo de capital enorme que entra, sai e afeta taxa de câmbio, balanço de pagamentos.” O Brasil, não obstante o Banco Central nos últimos meses venha baixando juros, ainda continua com índices dos mais elevados, na casa dos dois dígitos (11,5% ao ano). E, na contramão do que vem sendo feito no mundo, a inflação tem sido usada como desculpa para não mudar essa situação. “No ano passado, seu déficit foi de 2,5% do PIB, o superávit, quase 3% e foram pagos 5,3% de juros (220 bilhões de reais) para financiar sua dívida.” Nesse panorama, mantém-se atrativo ao capital especulativo, como elucidou o professor. “Nos últimos anos, melhorou o nível de risco-País. No entanto, na questão da taxa de juros, no longo prazo, só perde para a Grécia”, acrescentou Lacerda.

Na sua ótica, o Brasil só não quebrou porque tem carga tributária bastante elevada, principalmente sobre o trabalho e a produção. A especulação, por outro lado, que se beneficia das altas taxas de juros, paga muito pouco imposto. “É uma grande distorção.” Na linha do movimento lançado em São Paulo, o professor é categórico: “O ajuste que tem que ser feito aqui não é diminuir o gasto social, mas o feito com juros.” Na sua concepção, é fundamental dar conta desse desafio – além de conter o processo de desindustrialização em curso e garantir

sua competitividade, rever o papel do País como exportador de commodities e solucionar o problema do câmbio desvalorizado.

Caso isso não ocorra, não será possível ter uma trajetória sustentável de crescimento nacional, com distribuição de renda e qualidade de vida. A despeito de ter reservas de R\$ 352 bilhões, o Brasil que faz a alegria dos especuladores está muito vulnerável à conjuntura internacional. “Crescendo com esse modelo, está-se apenas adiando o problema. A grande questão que se coloca ao movimento sindical é como pressionar para o País sair dessa armadilha.” A campanha por juros baixos segue nessa direção. (Soraya Misleh, com a colaboração de Lucélia Barbosa)

SINDICAL

Encerrando a série de eventos preparatórios ao 1º Encontro Nacional, marcado para 18 de novembro próximo, a CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) promoveu em 21 de outubro, na cidade de Porto Alegre/RS, o seu 4º Encontro Regional. Desta vez, o tema foi “Democracia, comunicação e cultura”. Coincidindo com a Semana pela Democratização da Comunicação, a atividade colocou foco na questão, que entrou na pauta da confederação e teve destaque na Carta de Porto Alegre, aprovada ao final dos trabalhos. Já haviam sido realizados encontros em Maceió, Vitória e Goiânia.

Na opinião do presidente da CNTU, Murilo Pinheiro, a iniciativa integra o esforço de “realizar o debate, enfrentar os problemas e trabalhar para a construção de um país mais justo”. Também pres-tigiaram a abertura do evento os vereadores locais Carlos Todeschini (PT) e Carlos Comas-setto (PT), além dos presidentes das federações nacionais dos farmacêuticos (Fenafar), Célia Chaves, dos médicos (Fenam), Cid Carvalhaes, dos economis-tas (Fenecon), Juarez Trevisan, o vice-presidente da Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO), Luciano Elói Santos, a presidente do Sindi-cato dos Nutricionistas de Pernambuco, Zaida Diniz, e o diretor da CNTU, Allen Habert.

Primeiro palestrante do dia, o professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Marcos Dantas abordou um aspecto preo-cu-pante em relação às comunicações: a concen-tração da produção e difusão de informação e do controle da infraestrutura. “A Level 3 detém 70% do tráfego mundial da internet. Entre os dois maiores grupos midiáticos globais, oito são dos Estados Unidos”, exemplificou. Para quem se impressiona com o poder de empresas locais do ramo, uma desilusão: “Toda a indústria nacional de audiovisual somada estaria na 12ª posição”, informou. Além disso, afirmou Dantas, nessas megacorporações, há interesses entrelaçados. “Por trás de centenas de canais, há quatro ou cinco grupos, cujos sócios são os mesmos”, afirmou.

Cenário brasileiro

Tal quadro, enfatizou Dantas, deve ser levado em conta no momento em que acontece um forte debate sobre a regulação do setor no Brasil. Na prática, segundo ele, a agenda está organizada em torno dos seguintes tópicos: a) discussão de uma nova lei geral para as comunicações áudio-visuais; b) projeto de lei sobre o marco civil da internet, já enviado pelo governo ao Congresso; c) revisão da Lei do Direito Autoral; d) sanção da Lei 12.485 sobre serviços de acesso condicionado (TV por assinatura). Essas discussões, além da realidade internacional, apontou o professor da UFRJ, têm como pano de fundo a consolidação da internet como novo meio de comunicação interpessoal, de acesso à informação e ao entretenimento. Também, ponderou, “cresce a consciência sobre o papel dos meios de comunicação na construção de projetos políticos e identidades sociais”.

Para dar conta dessa nova realidade de modo a promover a democratização da comunicação e a universalização do acesso a ela, o Brasil precisará implementar legislação que abarque a convergência tecnológica. “O que temos é uma colcha de retalhos com leis que tratam de aspectos diferentes”, disse Dantas.

“A lei brasileira deve distinguir claramente conteúdo e infraestrutura e, se possível, produção de programação. Se essas atividades se tornam transparentes para a sociedade e para os organismos reguladores, abre-se a possibilidade de se fomentar a entrada de atores plurais e diversos na cadeia produtiva, além de se coibirem práticas monopolistas inerentes a cadeias verticalizadas”, afirmou. “Em respeito à Constituição, todas as plataformas devem ser regulamentadas de modo a garantir o necessário espaço aos sistemas público, estatal e comercial, respeitadas condicionantes tecnológicas ou econômicas”, completou o professor da UFRJ.

Como arquitetura possível para dar conta desses objetivos, ele sugere, no que toca ao conteúdo: fomentar a produção privada não comercial (ou pública não estatal); fortalecer a produção público-estatal; e proteger e estimular a produção comercial nacional. No que diz respeito à infraestrutura: distinguir operação de rede e produção/programação de conteúdos, inclusive na radiodifusão; estender o conceito de redes em regime público para a banda larga e telefonia celular; construir e operar uma infraestrutura público-estatal nacional; e estimular infraestruturas público-estatais de base e alcance municipais.

Desenhar um sistema de comunicação que valorize a diversidade e funcione sob a lógica do serviço público, e não do mercado, é fundamental para a expressão da produção cultural brasileira e o seu fomento, concordou Rosana Alcântara, superintendente executiva da Ancine (Agência Nacional do Cinema).

Durante o encontro em Porto Alegre, ela apresentou o esforço feito pelo Ministério da Cultura para promover a democratização do setor. Segundo Alcântara, no plano traçado para o período entre 2003 e 2011, isso se deu em dois eixos: ampliar o acesso aos bens culturais e a participação social nas decisões. Importante ainda, afirmou, que se tenha a compreensão da cultura em suas três dimensões: simbólica, cidadã e econômica.

Economia criativa e direito autoral

Escalado para falar sobre “Cultura e comunicação criativa”, o professor da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica) Ladislau Dowbor fez uma instigante palestra sobre a propriedade intelectual. “Temos uma mudança radical da base tecnológica e mantivemos as regras do século passado. Há um grau de surrealismo no que se faz em nome da propriedade intelectual”, ironizou.

Ele criticou o empenho empresarial para coibir o acesso ao conhecimento. “Produção científica deve ser veiculada livremente para ser fator de progresso da humanidade”, defen-deu. Na opinião do professor, essa pode ser a chave para superar a pobreza: “Ao poder aces-sar a informação e articular o conhecimento, rompe-se a barreira da exclusão. Na sociedade da infor-mação, quando a economia é apropria-da pelas pessoas, há uma dinâmica transformadora.”

Em contraponto, o cineasta Jorge Furtado, lembrou a necessidade básica de sobrevivência do autor. “Estamos vivendo uma transformação radical na forma de produzir e distribuir audiovisual, livros, ideias. Isso nos faz pensar que podemos ter acesso a qualquer filme ou música, mas criou alguns problemas”, ponderou. “Como remunerar a produção cultural? Os autores serão remunerados só na produção?”, questionou.

Finalizando as palestras, o escritor e professor da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) Luís Fischer levantou preocupações com relação à literatura brasileira. Segundo ele, essa, que tem um esteio no livro didático, corre riscos atualmente. “O Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), que caminha para ser o prin-cipal processo seletivo das universidades públi-cas, não tem prova específica de literatura. Isso exclui do horizonte a leitura de livros”, criticou. (Rita Casaro)

SINDICAL II

CE

Profissionais unidos pelo desenvolvimento do estado

Ocorreu no dia 26 de setembro último o movimento “Engenharia Unida pelo Desenvolvimento do Ceará”, uma iniciativa do Senge em ação conjunta com as entidades integrantes do Crea (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia). As manifestações foram feitas na entrada de cerca de 80 instituições públicas e privadas com faixas e entrega de informativos para mostrar à sociedade, gestores públicos e empresários que o desenvolvimento do esta-do só é possível com o trabalho dos quadros técnicos que, no exercício de suas profissões, projetam, produzem as novas tecnologias, fiscalizam, gerenciam e

executam obras e serviços, deixando legados à população, como, por exemplo, os esperados com a Copa 2014. “Precisamos unir todos em favor da manutenção dos recém-formados no estado, para evitarmos futuramente a escassez da mão de obra e a diminuição da qualidade dos serviços públicos e privados”, enfatizou a presidente do Senge Ceará, Thereza Neumann Santos de Freitas.

PA

Dia do Engenheiro contra a divisão do estado

Na mesma data em que é comemorado o Dia do Engenheiro (11 de dezembro), ocorrerá o plebiscito para a população decidir sobre a divisão do Pará – dizer sim ou não à criação dos estados de Carajás e Tapajós. A presidente do Senge, Eugênia von Paumgarten, acredita que, “por uma feliz coincidência, nós engenheiros festejaremos o nosso dia com a vitória do ‘não’”. Na sua opinião, essa consulta “terá um significado mais amplo, pois será um repúdio e uma demonstração de rejeição aos grupos políticos oportunistas que querem lotear o Pará com o argumento de inserção social e de que é necessário dividir o subdesenvolvimento e a miséria para poder romper a fronteira da exclusão social e galgar os degraus do progresso”. O voto é obrigatório, e os eleitores deverão comparecer às suas respectivas seções eleitorais das 8h às 17h. “Diga não à divisão é a nossa palavra de ordem”, completou a presidente.

MA

Murilo Alfinete é o melhor candidato ao Crea

Engenheiros, geólogos, técnicos, empresários e presidentes de entidades prestigiaram, no dia 20 de outubro último, em São Luís, o lançamento da candidatura do engenheiro José Murilo Pereira da Silva (Murilo Alfinete) à presidência do Crea-MA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Maranhão). Os presentes demonstraram satisfação com as propostas apresentadas e manifestaram apoio para o pleito marcado para o dia 8 de novembro. Na abertura do evento, a presidente do Senge, Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, disse que Murilo Alfinete participa das ações do sindicato desde 2006, “quando iniciamos nossa primeira gestão”. Segunda ela, “seu engajamento e espírito de equipe foram algumas das características que lhes credenciaram para ser nosso representante”.

SC

Empossada diretoria para 2011-2015

No dia 19 de outubro último tomou posse a diretoria do Senge-SC, composta pela executiva, o conselho fiscal, os representantes junto à FNE e os delegados sindicais regionais. Apenas uma chapa concorreu, liderada pelo presidente reeleito, José Carlos Ferreira Rauen, que comandará a entidade na gestão 2011-2015. Integram a executiva os engenheiros Wilson

Floriani Junior (vice-presidente), Fábio Ritzmann e Eduardo Neu Presti (diretores financeiro e adjunto, respectivamente), Aloysio Sérgio de Oliveira (diretor administrativo), José Antônio Latrônico Filho (diretor de formação sindical) e Carlos Bastos Abraham (diretor de comunicação), e os suplentes Luiz Abner de Holanda Bezerra, Nahor Cardoso Júnior, Paulo Roberto Anderson, Ivan Maestri, Paulo Henrique Sohn, Antonio Israel Santin e Aloisio Pereira da Silva.

RS

Seminário sobre planejamento estratégico

Com o objetivo de estabelecer de forma coletiva os eixos de ação da entidade, o Senge-RS realizará, entre os dias 31 de outubro e 1º de novembro, o seminário de planejamento estratégico da gestão 2011-2014. Foram convocados os membros da diretoria, incluindo os seus conselheiros, representantes e diretores dos núcleos regionais, totalizando mais de 70 participantes. O presidente José Luiz Azambuja considera que é uma oportunidade fundamental para a definição dos rumos do sindicato e ampliação da participação. A ideia é repetir o êxito de 2008, quando se projetou um reposicionamento para as ações da entidade com vistas ao crescimento do número de associados, oferta de serviços qualificados, aumento da representatividade e participação nas instâncias deliberativas.

PI

Continua paralisação de engenheiros e arquitetos

Durante assembleia no dia 24 último, na sede do Sindicato dos Urbanitários, os engenheiros e arquitetos da Prefeitura de Teresina decidiram manter o movimento grevista iniciado em 13 de outubro. Segundo o presidente do Senge-PI, Antônio Florentino de Souza Filho, a decisão deu-se devido à falta de interesse da Prefeitura em resolver o problema. “Ficou acertado que até o dia 11 de novembro o secretário municipal de Planejamento, João Alberto Monteiro, apresentaria uma contraproposta à reivindicação de gratificação de responsabilidade técnica correspondente a 45% do salário-base”, informou. Segundo Florentino, o pleito é justo, já que os próprios gestores mostraram que há recursos para atendê-lo.

AL

Cabrini participa de encontro com lideranças

No dia 17 de outubro, o candidato à Presidência do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia Álvaro Cabrini foi recepcionado pelo presidente do Senge, Disney Pinto, e lideranças alagoanas. A informatização do Sistema Confea/Creas foi destaque entre as propostas apresentadas. “Queremos que os profissionais possam acessar os serviços do conselho de sua casa, que a próxima eleição seja pela internet”, disse Cabrini. Ele salientou

ainda a importância da valorização das entidades de classe. Disneys Pinto, que concorre à Presidência do Crea-AL, enfatizou que sua candidatura vem do reconhecimento do trabalho desenvolvido à frente do sindicato. “Meu nome foi escolhido pela diretoria para disputar esse pleito. Queremos mudança, pessoas que lutem pela categoria, que abram canal de diálogo com os poderes e apoio irrestrito das entidades de classe, constituindo uma categoria unida e bem remunerada”, afirmou. Também estavam presentes Carlos Bittencourt, presidente da Fisen-ge (Federação Intersetorial de Sindicatos de Engenheiros), José Ailton Pacheco e João Carlos Bibbo, respectivamente vice-presidentes do Senge-AL e do Seesp.

ENTREVISTA

O professor Roberto Leal Lobo e Silva Filho tem uma longa e bem-sucedida carreira acadêmica. Entre outras funções, foi diretor do Instituto de Física e Química de São Carlos da USP (Universidade de São Paulo). Entre 1989 e 1993, foi reitor da instituição, uma das principais da América Latina. Depois, assumiu o mesmo cargo na UMC (Universidade de Mogi das Cruzes), de 1996 a 1999. Atualmente, preside o Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação, Ciência e Tecnologia. Agora, está à frente também do Isitec (Instituto Superior de Inovação e Tecnologia), uma iniciativa do Seesp, com apoio da FNE, que pretende formar engenheiros com foco na inovação e nas necessidades da indústria. No cargo de diretor-geral da entidade, ele trabalha para dar início ao curso de engenharia de inovação no segundo semestre de 2012. A proposta é abrir a primeira turma para 60 alunos, que terão aulas em período integral. Em entrevista ao Engenheiro, Lobo falou sobre a futura instituição de ensino superior.

O que o Isitec tem de inovador em relação ao que já existe?

A ideia é implementar uma maneira mais moderna de formar engenheiros. Normalmente, a engenharia é toda segmentada, há 220 especialidades. Se a tecnologia é algo que fica obsoleto em quatro anos, um engenheiro superespecializado numa determinada tecnologia já não terá o que fazer ao se formar. Uma tendência mundial – e que se discute no Brasil também – é ter um engenheiro com uma visão mais geral e uma sólida formação básica, não só nas ciências naturais, física, química e matemática, mas também no aspecto pessoal, com conhecimento de línguas e capacidade de liderança.

É possível garantir essa formação generalista na engenharia, que tem a segmentação como tradição?

Vamos fazer uma analogia com o médico, que não sai da escola especialista em ortopedia, mas sai capaz de fazer alguma intervenção nessa área. Esse nosso engenheiro terá potencial para trabalhar em quase qualquer área, mas é claro que terá que se aprofundar naquela que escolher. Vamos dar as ferramentas para que o engenheiro possa fazer quase qualquer coisa, trabalhar num centro de pesquisa ou numa indústria, porque terá formação ampla. A visão é que a graduação não forma uma pessoa para fazer uma parte-zinha do trabalho de uma determinada empresa. Para isso, será necessária capacitação específica. Mas terá uma bagagem tão forte que isso será fácil e, se quiser mudar de área, também terá condições.

Como será o foco na inovação?

Esse é o grande desafio. Queremos fazer uma integração entre as áreas básicas. Vamos apresentar um pouco da história do desenvolvimento da tecnologia e da inovação ao longo do curso. E haverá laboratórios integrados. A partir do segundo ano, vamos montar equipes por motivação, que trabalharão em projetos inovadores. O aluno estará sempre desafiado e pensando no que pode ser feito. Tudo isso é mais vivência que disciplina, não é aula de inovação, é uma cultura de inovação. E a inovação tem que estar no espírito da instituição como um todo. Outro objetivo é fazer com que os alunos não se desapontem com a instituição na área da comunicação, então estamos fazendo um sistema para que eles tenham total acesso pela internet. Poderão se comunicar para saber a nota, o conteúdo das aulas, quais os livros disponíveis na biblioteca, conversar com os professores. As salas terão computadores, todas elas terão quadros nos quais o professor escreve e o conteúdo já se converte num arquivo digital.

Quais os recursos necessários ao projeto?

Teremos uma dificuldade na questão da gestão acadêmica, porque nossos professores não estão preparados para isso, serão necessários treinamento e acompanhamento para que eles se integrem ao projeto. Além disso, precisaremos de recursos, porque, como qualquer curso bom no mundo, a mensalidade não cobre 50% dos gastos. É assim em Harvard e Princeton. Cobraremos uma mensalidade da ordem de R\$ 2 mil e buscaremos bolsas para os alunos que precisarem, mas vamos captar recursos com projetos de pesquisa, prestação de serviços, doação e cooperação internacional. Tudo é novidade no Brasil e está dentro do nosso projeto, porque sem isso não dá para ter a excelência pretendida. Queremos estimular a cooperação internacional entre os alunos, que trabalharão com equipes de outros lugares interessadas nos mesmos temas.

E quem serão os alunos do Isitec?

Desde o princípio, será passada a visão de que se o aluno quer se esforçar, tem um lugar para ele aprender a ser inovador. Não queremos os ricos, mas os bons. Vamos trabalhar do lado da curva dos que querem ser alguma coisa, deixar um recado no mundo. No início, e talvez a vida inteira, receberemos alunos com dificuldades. Teremos um programa inicial com duas linhas de apoio. Uma é de fundamentos de ciência, matemática e física; os estudantes terão o reforço necessário de forma individual. As dificuldades serão diagnosticadas a partir do processo seletivo. E haverá ainda um programa trilingue: inglês, português e informática.

Em que estágio está o projeto?

Depois de muito esforço, já temos uma equipe montada. Agora, estamos terminando o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), que mostra o que a instituição pretende e vai ao MEC para credenciamento. Hoje o Isitec não é uma instituição de ensino superior porque precisa ser reconhecido pelo MEC, mas isso só é possível se tiver um curso, então estamos também fechando o PPC (Projeto Pedagógico de Curso). Pretendemos entrar em novembro com esses dois projetos no MEC, esperando que haja uma visita do ministério no início do ano, em fevereiro ou março, quando o prédio que está sendo preparado estará pronto. (Rita Casaro)

C&T

O boom de inversões anunciado recentemente por fabricantes de automóveis para a instalação de novas unidades e expansão das já existentes no País traz a perspectiva de incremento de pesquisa e desenvolvimento brasileiros no setor. É o caso da francesa Renault, que ampliará a sua fábrica em São José dos Pinhais, no Paraná. Ao todo, serão destinados R\$ 1,5 bilhão até 2015, e a produção anual de veículos passará de 224 mil para 383 mil unidades.

O aporte prevê a implantação de centros de engenharia para a busca de novas tecnologias e produtos e de treinamento, além de mais uma área para logística. Como resultado, serão criados 2 mil novos postos, dos quais 50% serão preenchidos ainda em 2011.

A japonesa Nissan também anunciou a construção de uma unidade em Resende, no Rio de Janeiro. Com investimentos da ordem de R\$ 2,6 bilhões e geração de 2 mil empregos, a nova planta terá capacidade para produzir até 200 mil unidades por ano e entrará em operação no primeiro semestre de 2014. Em negociação com o governo federal, a chinesa Jac Motors também pretende implantar sua fábrica na Bahia. Com investimento de R\$ 900 milhões, a meta é que esteja pronta em 2014. A capacidade de produção será de 100 mil automóveis por

ano e serão gerados 3,5 mil empregos diretos. O projeto inclui um centro de engenharia para criação de novas tecnologias, outro de estilo e design, laboratórios de controle de emissão de poluentes e pista de testes.

Também investirá no Brasil a chinesa Che-ry. A filial será construída em Jacareí, São Paulo, e somará inversões de US\$ 400 milhões. A nova indústria tem início das operações previsto para setembro de 2013 e gerará 1.200 empregos diretos na primeira fase, com produção de 50 mil carros por ano. Na segunda etapa, programada para 2015, criará mais 4 mil postos fixos e atingirá a marca de 150 mil veículos por ano. O projeto prevê também a instalação de um centro de pesquisa e desenvolvimento no local.

Aumento do IPI

Esse cenário coincide com a nova política automotiva imposta pelo governo federal através do Decreto nº 7.567, em vigor desde 16 de setembro último, que regulamenta o aumento das alíquotas do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para 30% para automóveis importados. A medida, que visa proteger a indústria nacional, atrair investimentos e estimular a geração de empregos no País, impõe ainda exigências aos fabricantes de veículos que quiserem se livrar da alta do tributo. Entre elas, utilização de no mínimo 65% de conteúdo nacional e regional, realização de pelo menos seis de 11 etapas produtivas no Brasil e investimento de 0,5% da receita bruta total de venda de bens e serviços em pesquisa e inovação tecnológica no País.

Conforme Luiz Moan, vice-presidente da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), as inversões anunciadas pelas montadoras indicam que o decreto sobre o IPI foi uma medida acertada, já que gerou mais confiança de quem efetivamente quer produzir no Brasil. “É a primeira vez que o governo busca fortalecer a inteligência automotiva no País com exigência de investimento local em pesquisa”, destacou durante coletiva de imprensa realizada no dia 6 de outubro. Ainda segundo ele, apesar da crise internacional, a entidade mantém a previsão de crescimento de 5% do mercado interno de autoveículos e máquinas agrícolas para 2011.

Christian da Silva, professor de economia e coordenador do curso de pós-graduação em Planejamento e Governança Pública da UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná), explica que atualmente a inteligência automotiva se desenvolve em plataformas mundiais e na adaptação local desses ambientes, atividades que demandam engenheiros treinados e capacitados nas práticas de produção e inovação da indústria mundial, além de habilidades para atuar em diversos países e interagir com diferentes culturas. “As escolas de engenharia brasileiras devem preparar profissionais com esse perfil”, recomenda.

Oportunidades

Na opinião de Nilton Monteiro, diretor técnico e executivo da AEA (Associação Brasileira de Engenharia Automotiva), os investimentos trazem boas perspectivas de empregos para a categoria. Renato Romio, chefe da Divisão de Motores e Veículos do Instituto Mauá de Tecnologia, acredita que a demanda por engenheiros aumentará tanto pela expansão do parque industrial como pela tendência de se manter o atual ritmo de crescimento do País. Além disso, na sua opinião, a globalização dos processos produtivos favorece a participação dos brasileiros na inteligência automotiva das montadoras. “Os profissionais podem interagir em desenvolvimentos daqui ou mesmo participar lá fora dos processos tecnológicos”, diz Romio.

Menos otimista, o professor-doutor Mauro Zilbovicius, do Departamento de Engenharia de Produção da USP (Universidade de São Paulo), lembra que, historicamente, a atividade tecnológica de ponta ocorre nas matrizes das empresas, restando apenas desdobramentos marginais de projetos para as subsidiárias. Na sua visão, a projeção de postos de trabalho para engenheiros dependerá da relevância que as empresas vierem a dar à atividade de projeto no País. “Ao longo dos últimos dez ou 15 anos, houve aumento da produção no Brasil e crescimento da contratação de engenheiros para atividades que não estão relacionadas a projeto, desenvolvimento e inovação, mas à supervisão das linhas de produção ou para gerir esses processos”, pondera. (Lucélia Barbosa)